

CONTRIBUIÇÃO AO 37º CONECEP

6 e 7 de agosto | 2021

RESISTÊNCIA E LUTA PARA DERROTAR BOLSONARO/MOURÃO

Uma contribuição ao debate

*Uma ideia torna-se uma força material
quando ganha as massas organizadas.*

Karl Marx

I - CONJUNTURA NACIONAL

É HORA DE INTENSIFICARMOS AS MOBILIZAÇÕES PELO FORA BOLSONARO/MOURÃO!

1. A situação atual é de continuidade da crise econômica e de instabilidade institucional; de piora das condições de vida em geral do povo; de conflitos entre diversas instituições do estado burguês no Brasil e de fatos políticos contraditórios ou que parecem contraditórios, a maioria desfavoráveis a Bolsonaro.
2. O quadro de crise econômica e da pandemia se agudizaram. O desemprego bateu mais um recorde e quase 15 milhões de trabalhadores e trabalhadoras estão sem emprego formal. Apesar de alguns setores da economia já comemorarem algum grau de recuperação (mineração, agronegócio, setor imobiliário e financeiro), a economia segue com alta na inflação e o preço dos combustíveis impacta negativamente a vida da população. Apesar da vacinação avançar, sempre a passos lentos, a pandemia e a política de morte de Bolsonaro já ceifaram a vida de mais de 550 mil pessoas (sem contar a subnotificação). Devemos registrar ainda as mortes por causa da Covid-19 e também as sequelas de agravos à saúde não computados. E esses números só tendem a aumentar.
3. Além de não adotar medidas de prevenção à Covid-19, Bolsonaro sabotou e perseguiu quem tentou fazê-lo. O governo fez (e faz) propaganda contra a saúde pública, promovendo notícias falsas contra as medidas para conter o avanço do vírus e provocando um cenário de caos e de colapso da saúde. Neste contexto, pobres, negros, negras e indígenas sofrem ainda mais do que a população em geral. Aproveitando-se da pandemia, Bolsonaro impõe soluções que dialogam com os interesses das oligarquias e que vão de encontro aos interesses coletivos e aos direitos das minorias previstos na Constituição brasileira.
4. O quadro de violência extrema contra mulheres e LGBTQIA+ só se agrava. Os recentes exemplos do DJ Ivis e de Roberta Silva, mulher trans queimada viva em Recife, confirmam que, a despeito da comoção que geraram, situações como essas tendem a se agravar.
5. O extermínio da população negra e o avanço sobre as terras indígenas (vide PL 490) também se mantém como política de Estado. Se já havia Projetos de Emendas Constitucionais (PECs) para retirar os direitos dos indígenas e dos quilombolas, esse ataque à Constituição piorou desde a chegada de Bolsonaro ao poder. O governo é proativo na tentativa de legalizar crimes e de diminuir os direitos constitucionais dos povos indígenas, em consonância com os interesses do agronegócio, das mineradoras, de corporações e fundos de investimento internacionais.
6. Bolsonaro encaminha rapidamente o desmonte da política ambiental brasileira através de ações como a liberação recorde de agrotóxicos; o ataque a dados oficiais sobre desmatamento; a desestruturação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio); propostas para redução de terras indígenas e áreas remanescentes de quilombos; a regulamentação da exploração de minerais, recursos hídricos para construção de hidrelétricas e de petróleo e gás em terras indígenas.
7. Os arroubos, as bravatas e as declarações ultra-autoritárias de Bolsonaro consolidam sua imagem como neofascista, mas são insuficientes para mudar a definição do regime e do governo democrático-burguês em que vivemos. A tutela civil, militar e burguesa sobre o governo também segue atual, ainda que com pequenas alterações pontuais.
8. As reformas e privatizações avançam. A MP que permite a privatização da Eletrobrás foi aprovada pelo Congresso e sancionada pelo governo federal. O fatiamento da Caixa Econômica foi iniciado com a abertura de capital da Caixa Seguridade. A privatização dos Correios, apesar da crescente resistência, também está em vias de aprovação. A PEC da Reforma Administrativa caminha a passos largos na Câmara dos Deputados e, se aprovada, vai impactar em todos os espaços da administração pública, incluindo as empresas estatais.
9. Mas nem tudo permanece igual e é fundamental apontar não apenas as mudanças, mas tentar identificar a dinâmica dessas alterações. Bolsonaro está mais fraco que antes e a resistência popular mais forte. Não na intensidade nem na dimensão que gostaríamos, mas é imperioso reconhecer que o governo perde popularidade e apoio e os movimentos sociais voltaram com força às ruas.
10. A avaliação negativa de Bolsonaro (DataFolha de julho)

- chega a 51%. Para 58% ele é incompetente e 52% o acham desonesto; 57% o consideram pouco inteligente e indeciso, já 66% o acham autoritário; por fim, 54% são favoráveis à abertura do processo de impeachment. Para piorar, os escândalos de corrupção e propinas, evidenciados timidamente pela CPI da Covid, solapam uma de suas últimas bandeiras: a de ser um governo sem corrupção. O impeachment, contudo, ainda é um pouco provável porque os principais atores políticos da oposição insistem na estratégia de “sangrar” o governo visando às eleições do ano que vem.
11. A queda de Ricardo Salles, um de seus ministros preferidos, também é um revés importante. É verdade que a política de “passar a boiada” segue o curso, mas a saída de Salles e o avanço das investigações sobre os crimes contra o meio ambiente são elementos de desgaste do governo e de seu primeiro escalão. As denúncias contra Pazuello, ex-Ministro da Saúde, que podem avançar na CPI, também compõem esse quadro de corrosão.
 12. Enquanto isso, o grande capital joga para pressionar pela aceleração das reformas ultraliberais. Para estes, quanto mais fraco Bolsonaro, mais fácil passar suas reformas e impedir manobras eleitoreiras demagógicas (mal chamadas de “populistas”) de Bolsonaro. Mas, por outro lado, precisa acelerar as vacinas, mesmo contra os discursos de Bolsonaro. Bolsonaro continua útil, mesmo que também atrapalhe muito. Mas não é a alternativa preferencial para a maioria do grande capital em 2022.
 13. As medidas diversionistas como o voto impresso e o semi-presidencialismo já não têm o mesmo apelo que antes. Apesar do intenso processo de sedução mútua entre o Centrão e Bolsonaro, cujo capítulo mais recente é ter Ciro Nogueira na Casa Civil, é bastante improvável que o voto impresso prospere e o genocida já chegou a cogitar a possibilidade de não disputar o pleito em 2022.
 14. O elemento mais importante dos últimos meses é a retomada das mobilizações da resistência popular com os atos de rua pelo “Fora Bolsonaro”. Em menos de três meses são quatro grandes atos nacionais (com representação internacional também) amplamente vitoriosos, como demonstração de força mobilizadora bem acima do que Bolsonaro tem conseguido realizar, incidindo na situação política em geral e animando os setores populares mais ou menos à esquerda e também da oposição em geral ao bolsonarismo (incluindo liberais que apoiaram o golpe do impeachment de 2016 e o próprio Bolsonaro em 2018).
 15. Estas manifestações contribuem decisivamente para o aumento da instabilidade do governo e somadas às ações institucionais (CPI, pedidos de impeachment, investigações do STF) servem para desgastar ainda mais Bolsonaro.
 16. A despeito disso, ele segue na política de consolidar a base militar de seu governo. A nociva consolidação das polícias militares na sua base de apoio é um risco à frágil estabilidade democrática. Dizer que Bolsonaro está se isolando não o torna menos perigoso. Ao contrário: quanto mais isolado, mais agressivo ele tende a se tornar, e a história já nos ensinou a não negligenciar esse tipo de ameaça.
 17. Assim, grande parte do grande capital, a maioria da elite política, do judiciário e inclusive parte dos militares conspiram na busca de uma alternativa viável para uma “terceira via” em 2022, passando eventualmente por um impeachment. Mas, como já vimos, isso só acontecerá com base numa muito mais ampla e radical mobilização popular e, por outro lado, num acordo de transição por cima com os militares.
 18. A terceira via está difícil de se viabilizar, mas a direita liberal ainda tem uns nove meses para se movimentar, construir uma candidatura e, eventualmente, impedir Bolsonaro.
 19. As ações de Bolsonaro hoje são eminentemente defensivas: manter o apoio da cúpula militar e usá-la como ameaça às oposições; segurar uma base anti-impeachment no Congresso; tentar neutralizar o judiciário. Mas não está morto politicamente. Continua se movendo e distribuindo cargos e outras benesses para manter alimentada a sua base de sustentação no Congresso e estimulando seus apoiadores mais caninos. Pode ainda resistir ao impeachment e tem a caneta para medidas eleitoreiras em 2022. Pode ainda capitalizar parte de uma esperada melhora da pandemia e uma oxigenação temporária da economia em 2022. E a rede de Fake News continua a todo vapor. E continuará a usar a demanda do voto impresso para estimular sua base e fazer chantagens.
 20. A situação na América apresenta sinais de retomada das lutas. As poderosas manifestações e a Greve Geral na Colômbia deixam em xeque a reforma tributária e o próprio governo de Duque. No Chile, a rebelião popular levou a uma histórica Assembleia Constituinte que além de enterrar a constituição herdada da ditadura de Pinochet, elegeu como presidente da Assembleia Elisa Loncon, uma legítima representante Mapuche. A confirmação da eleição de Pedro Castillo no Peru, derrotando por pequena margem Keiko Fujimori, também deve ser considerada parte desse processo continental que inclui ainda a vitória eleitoral de Manuel López Obrador no México, Alberto Fernández na Argentina e Luis Arce

na Bolívia. E não podemos deixar de fora também a derrota de Trump no coração do imperialismo mundial, os EUA. Claro que são processos distintos e com dinâmicas e conteúdos diferentes, mas não há como negar que fazem parte de um mesmo processo continental.

21. Mas esses bons ventos que sopram de latinoamérica, a volta das poderosas manifestações de rua no Brasil, o isolamento crescente de Bolsonaro e a queda de popularidade não são suficientes para derrotá-lo. Ainda falta a entrada em cena da classe trabalhadora através de seu mecanismo mais poderoso de mobilização: a Greve Geral. Esse seria um elemento determinante para a derrocada de Bolsonaro e seu governo.

Unificar as forças democráticas, populares e de esquerda para derrotar o neofascismo e as medidas antinacionais e antipopulares

22. É necessário a constituição de uma frente única com os setores organizados (partidos, movimentos e organizações populares) que atuam junto à classe trabalhadora e setores oprimidos. Essa Frente Única deve ser viabilizada a partir da luta pelo Fora Bolsonaro/Mourão; contra as reformas antinacionais e antipopulares e pela apresentação de uma Plataforma de Emergência. Para nós, a Plataforma de Emergência deve partir das questões mais concretas que hoje atingem a maioria do povo e articular-se com a disputa por uma nova alternativa de poder que construa uma saída democrática e popular para a crise econômica, social e sanitária que seja antimonopolista, antilatifundiária, anti-imperialista, democrática radical, ecossocialista e contra todas as opressões.

II - BALANÇO DA CAMPANHA NACIONAL 2020

23. A Campanha Nacional 2020 foi marcada pelo ataque dos bancos a direitos já consolidados da categoria, tanto na mesa da Fenaban como na mesa específica com a Caixa.
24. Na mesa única, os bancos insistiram com o corte da PLR e reajuste zero, e negaram a garantia de emprego até o final da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). A regulamentação do home office, importante reivindicação da categoria, também ficou de fora da CCT e está sendo regulamentada posteriormente, em acordos aditivos por bancos, em sua maioria sem os direitos básicos como o respeito à jornada.
25. A intransigência dos bancos e o ataque aos direitos dos bancários e das bancárias foram derrubados pela pressão da categoria bancária, que participou ativamente das assembleias e das atividades nas redes sociais. Na proposta final, a Fenaban manteve o formato da PLR e propôs um

reajuste abaixo da inflação, de apenas 1,5%, mais abono de R\$ 2 mil. A categoria bancária garantiu os direitos já conquistados, mas amargou perdas econômicas.

26. O Comando Nacional dos Bancários não fez a opção de construir o movimento grevista para pressionar os banqueiros, e a maioria votou por aceitar o acordo mesmo sem testar a categoria.
27. Referente à Caixa, não houve o menor reconhecimento da direção do banco e do governo em relação ao esforço dos empregados e das empregadas no cumprimento de sua função pública -- para garantir o pagamento do auxílio emergencial e outros benefícios sociais durante a pandemia, fomos a parcela da categoria que ficou mais exposta à contaminação da Covid-19.
28. Ao contrário, a Caixa também impôs a retirada de direitos, a exemplo das mudanças impostas no custeio do Saúde Caixa, que podem, em pouco tempo, inviabilizar o plano para grande parte dos usuários e usuárias.
29. Além de mexer nas regras do Saúde Caixa em plena pandemia, o que por si só já é um golpe baixo, a Caixa impôs como condição para fazer a inclusão dos novos empregados mudanças no custeio, incluindo despesas administrativas, com aumento do valor do teto anual e do percentual de contribuição mensal, num movimento de chantagem. Houve imposição do teto de gastos de 6,5% por parte da Caixa (que incluiu isso no seu estatuto) e aplicação de diversas diretrizes estabelecidas pela CGPAR 22 e 23, que aproxima os planos de autogestão dos planos de mercado.
30. Apesar das perdas impostas pelo banco, a maioria do Comando Nacional e a Comissão Executiva dos Empregados (CEE/ Caixa) recomendaram a aprovação da proposta. Apenas Espírito Santo, Acre e a cidade de Moji das Cruzes conseguiram resistir nas assembleias locais para puxar um processo de resistência e dar continuidade à luta por melhorias no acordo. Mas diante da impossibilidade de realizar uma greve isoladamente, a proposta foi aprovada sob críticas.
31. Os sindicatos ainda foram forçados a submeter à votação um acordo cujo texto não havia sido formalizado, repetindo o que aconteceu em 2018. A alegação da CEE/ Caixa e Contraf era de que a Caixa ainda não tinha concluído a redação. As negociações sobre teletrabalho ficaram em aberto e até hoje o acordo não foi formalizado.
32. Prevaleceu, mais uma vez, a concepção do campo majoritário, de que a mesa de negociação substitui a mobilização da categoria, e não houve convocação de greve para pressionar o banco a melhorar o acordo, deixando um clima de indignação na categoria bancária.

III - ESTRATÉGIA DE CAMPANHA 2021: UNIDADE PARA MANTER A CAIXA 100% PÚBLICA, DEFENDER A FUNCEF E PRESERVAR O SAÚDE CAIXA.

33. Enfrentar o capital e os ataques do governo aos nossos direitos é afirmar cotidianamente a autonomia das entidades sindicais e das direções do movimento dos empregados frente a governos, patrões e partidos. A unificação das lutas da categoria com os demais trabalhadores e trabalhadoras sem descuidar das questões específicas deve ser garantida.
34. A unidade tem sido um princípio que fortalece as lutas e o poder de pressão da nossa categoria nas campanhas nacionais. Mais do que nunca, a unidade será elemento essencial para colocar a nosso favor a correlação de forças no processo negocial com os bancos e para enfrentar os desafios das crises econômica, política e sanitária em que o Brasil está atolado, com consequências para a classe trabalhadora e para os bancários e bancárias da CEF.
35. Estamos desafiados em 2021 a travar uma das maiores lutas de nossa história que é preservar o Saúde Caixa, seu modelo de custeio e fim do teto de gastos de 6,5% pela Caixa, além da revogação da CGPAR 23 através do PDC 956.

IV – CAIXA 100% PÚBLICA. UM BANCO ESSENCIAL PARA O BRASIL E PARA O POVO BRASILEIRO

36. A pandemia da Covid-19 no Brasil representa para os empregados e empregadas da Caixa e para a empresa um dos maiores desafios de sua história. Apesar das dificuldades conjunturais e da precarização nos serviços promovida pelo Governo Bolsonaro, ficou demonstrado mais uma vez a grandeza e a importância da Caixa como empresa pública e principal agente de políticas públicas do Governo Federal.
37. Em 2020 o banco operacionalizou o maior pagamento de programas sociais e de transferência de renda do Brasil. Foram 102,8 milhões de pessoas que receberam benefícios do Governo Federal, totalizando R\$ 362,9 bilhões -- um movimento que gerou inclusão bancária para 38 milhões de pessoas, segundo dados do banco.
38. Somente o auxílio emergencial, conquista dos movimentos sociais que lutaram por políticas de assistência durante a pandemia, alcançou 67,9 milhões de brasileiros no ano passado. Das novas parcelas em 2021, entre janeiro e abril foram pagos R\$ 8,6 bilhões a mais de 37,7 milhões de pessoas, trabalho realizado por um corpo funcional que é também patrimônio humano do banco e da sociedade; um corpo funcional que desempenhou (e desempenha) sua função pública com competência e compromisso, mesmo diante dos riscos de contami-

nação e dos abusos da gestão da Caixa em relação às condições de trabalho.

39. Mas esse compromisso não é novo. A atuação da Caixa na pandemia reafirmou um legado de 160 anos de história voltada para o desenvolvimento social do país. Isso porque a Caixa sempre foi identificada como um banco a que todos podiam ter acesso, contribuindo com o processo de bancarização da população, especialmente dos mais pobres, sendo a principal responsável pela aplicação das políticas sociais nas áreas de saneamento básico, infraestrutura, gestão do FGTS, Programa de Integração Social (PIS), seguro-desemprego, habitação e programas de transferência de renda necessários à consolidação de direitos no Brasil.
40. Todo esse legado, seu potencial de mercado e os vultosos resultados conquistados pelo banco colocam a Caixa há anos na mira do setor financeiro privado e de governos privatistas.
41. A Caixa é responsável por 21,2% de todas as operações de crédito ativas no país e apenas em 2020 foram realizadas R\$ 8,5 bilhões em transferências para estados e municípios para investimento. Além disso, o banco público dos brasileiros gerencia cerca de 70% do crédito imobiliário no Brasil, enquanto bancos privados respondem por apenas 22,8% do total. As 3.372 agências da Caixa espalhadas em mais de 99% dos municípios brasileiros representam 18,6% das agências bancárias brasileiras.
42. E o potencial da Caixa é crescente. A operacionalização dos pagamentos de benefícios sociais na pandemia favoreceu o crescimento das contas digitais, resultando em mais de 107 milhões de contas digitais abertas, sendo 38 milhões delas para pessoas que nunca tiveram uma conta em banco.
43. Em 2020, mesmo com as limitações da crise sanitária, a Caixa obteve lucro líquido de R\$ 13,2 bilhões, o segundo maior da história, abaixo apenas dos R\$ 21 bilhões de 2019. Esse resultado, é claro, deve ser analisado de forma crítica, porque representa não só o esforço dos empregados, mas também a sobrecarga de trabalho e a pesada cobrança por metas que se abateu sobre a categoria em condições absolutamente excepcionais, que foram desconsideradas pela direção do banco.
44. Os efeitos dessa política de gestão para os empregados e empregadas serão melhor discutidos no eixo de condições de trabalho. Cabe aqui ressaltar que é todo esse patrimônio que está em disputa e que pode ser abocanhado pelo capital financeiro privado se o processo de privatização e desmonte da Caixa avançar.
45. Mas o prejuízo da privatização da Caixa para a sociedade não se resume a uma conta matemática. É incalculá-

- vel o dano social e político de se perder um agente tão importante para o desenvolvimento socioeconômico do país. Significaria perder uma capacidade gigantesca de investimento e de autonomia na gestão de políticas públicas que impactam a vida de toda a população brasileira, de norte a sul do país, com uma força de trabalho altamente qualificada.
46. A resistência contra a privatização da Caixa tem mobilizado empregados e sociedade desde os anos 90, quando começam a ser aplicadas as políticas neoliberais no Brasil, que vão promover a desestatização de inúmeras empresas.
 47. O funcionalismo da Caixa precisou se articular contra a privatização nos governos Collor e Fernando Henrique; combateu as terceirizações no governo Lula e a abertura de capital da Caixa no governo Dilma. Após o golpe de 2016, com Temer, os ataques se intensificaram, com ampla reestruturação que levou ao enxugamento do quadro funcional e o fechamento de centenas de agências. O governo Bolsonaro/Mourão tenta agora concretizar o plano de privatização através de uma tática de fatiamento de seus ativos e de desmonte do banco.
 48. Em 2019 foi consolidada a venda da Lotex, subsidiária que administra as Loterias e, mais recentemente, em abril de 2021, concretizou-se a abertura de capital da Caixa Seguridade, com a venda de ações da seguradora na Bolsa (IPO). As intenções privatistas de Bolsonaro, cuja política econômica é comandada pelo Ministro Paulo Guedes, nunca foram escondidas. À frente da gestão da Caixa, Pedro Guimarães se encarrega de levar a cabo esse projeto nefasto e deve continuar abrindo novas IPO's para se desfazer de ativos valiosos da empresa.
 49. Há ainda um questionamento sobre o processo de digitalização de contas na Caixa. Por meio das milhões de poupanças sociais digitais, o CAIXA Tem tornou-se o maior banco digital do hemisfério ocidental, segundo o Relatório Integrado Caixa 2020. A criação do banco digital, com base no aplicativo Caixa Tem, é temerária, uma vez que o banco digital seria uma nova instituição financeira, com outra pessoa jurídica, para a qual seriam transferidas as operações referentes aos programas sociais, FGTS, microcrédito, habitação e produtos e serviços comerciais. Essa configuração pode integrar a estratégia de fatiamento do Governo, facilitando a transferência dessas operações para os bancos privados.
 50. O sucateamento da Caixa passa também pela política de gestão, com precarização das relações de trabalho e retirada de direitos dos empregados e das empregadas. Os/As trabalhadores(as) têm enfrentado seguidas reestruturações, que impuseram descomissionamentos arbitrários, remoções forçadas pela falta de alternativa e demissões, por meio de planos de desligamento voluntário.
 51. Como resultado, o número de empregados vem reduzindo a cada ano. Em 2020, a Caixa teve 81.945 empregados ativos, uma redução de 2,52% em relação ao ano anterior. Em 2014, a Caixa chegou a ter 101 mil empregados. Ou seja, nos últimos sete anos, houve uma redução de quase 20 mil trabalhadores.
 52. Em julho, o presidente da Caixa anunciou em clima festivo a contratação de 4 mil novos empregados, sendo que 3 mil dessas contratações ainda dependem do aval da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest). O número está longe de repor os cortes recentes, e cálculos apresentados no último Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Conecef) apontaram para uma demanda de cerca de 130 mil empregados para manter a qualidade do atendimento à população e evitar a sobrecarga de trabalho.
 53. Sucatear os serviços da Caixa é parte da estratégia do governo para justificar junto à população a necessidade da privatização. Busca-se reproduzir o velho discurso de que os serviços públicos são ineficientes, por isso devem ser transferidos para a iniciativa privada (apenas os mais lucrativos, é claro).
 54. Por isso, todos esses elementos, defesa do patrimônio público, valorização dos empregados, fortalecimento do banco, entre outros, devem estar articulados no diálogo com a sociedade para promover a defesa da Caixa 100% pública.
 55. Na pandemia, atuando na linha de frente dos pagamentos de auxílios e benefícios emergenciais, a Caixa mostrou mais uma vez que é uma empresa essencial na execução de políticas públicas de combate à pobreza e de redução das desigualdades sociais em nosso país. Isso só foi possível porque a Caixa é um instrumento público, integralmente.
 56. No último ano, demos sequência às campanhas em defesa da Caixa, com realizações de ações sindicais e, sobretudo, mobilização em redes sociais. Esse movimento, que envolve importantes entidades do funcionalismo, como FENAE, APCEF's e sindicatos em todo o país, além do Comitê em Defesa da Caixa, precisa ser intensificado diante das ameaças representadas pelo atual governo.
 57. Essas e outras ações, tão logo forem retomadas de forma segura as atividades presenciais, devem ser ampliadas e são parte da resistência permanente dos empregados contra a privatização desse patrimônio do povo brasileiro. Também consideramos essencial construir ações que consigam engajar de forma mais ampla a

sociedade civil e a classe política para enfrentar o desmantelamento da Caixa.

58. É vital que o movimento sindical se mantenha unido para defender a CAIXA 100% PÚBLICA e ampliar a participação dos empregados na democratização da gestão. Não podemos permitir o avanço de uma política de gestão voltada exclusivamente para o mercado, que hoje vigora na Caixa, e que visa acabar com a função social da instituição. A Caixa deve estar a serviço do desenvolvimento social do Brasil.

V - SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO

59. A crise sanitária, que envolveu os empregados e as empregadas no atendimento emergencial de programas que contemplaram milhões de brasileiros, colocou novos e centrais desafios para a garantia da saúde e condições de trabalho dos bancários da Caixa.
60. Nesse período, ficaram expostos o nível de desrespeito da direção da Caixa com o funcionalismo, a desorganização e a falta de planejamento do governo para o pagamento de benefícios. Como consequência, recaíram sobre os/as empregados/as da Caixa, responsáveis pela linha de frente do atendimento, o risco de contaminação pelo novo coronavírus e a insatisfação da população pela ineficácia do sistema do banco.
61. A Covid-19 é uma contaminação biológica causada pelo novo coronavírus e de contaminação comunitária afetando especialmente a classe trabalhadora. Os/as empregados/as da Caixa, com a classificação de trabalho essencial, passaram a ser vítimas diretas de contaminação, com adoecimento grave, sequelas e ocorrência de mortes, o que exige uma mudança de compreensão imediata por parte da empresa: emissão de CAT e reconhecimento de grau de insalubridade máxima.
62. Bancários/as tiveram que fazer por longos períodos a triagem do atendimento do lado de fora da agência, muitas vezes sem os equipamentos de proteção necessários, fornecidos apenas tardiamente pelo banco. Além disso, ignorando o agravamento do quadro de contaminação e mortes pela covid-19 no país, a Caixa decidiu romper o acordo de suspensão das metas durante a pandemia, reestabelecendo o sistema de cobrança e implementando uma nova rotina de monitoramento dos resultados. Ficou claro que o objetivo do banco, em momento em que o atendimento deveria estar restrito ao essencial, era a realização de negócios e a ampliação de seus lucros e não a real proteção a vida e a saúde dos bancários e das bancárias.
63. Outro agravante foi a suspensão repentina do contrato dos vigilantes desarmados que faziam a proteção aos empregados que estavam na triagem externa. Alegando adequações referente aos fluxos de negócios e tendo como parâmetro agências de cada região, muitas unidades que atendem uma quantidade enorme de social e, por consequência, os programas do governo como o auxílio emergencial, ficaram totalmente descobertas de proteção, colocando seus/suas empregados/as em risco biológico e físico, já que eram frequentes as ameaças por parte dos clientes que ficavam na fila sob sol e chuva muitas das vezes.
64. Muitas unidades da Caixa tiveram seu horário de funcionamento expandido durante a pandemia, com funcionamento previsto inclusive aos finais de semana, obrigando empregados/as a uma jornada exaustiva de trabalho. Gerentes tiveram que seguir determinação de chegar antes das 7h às agências para fazer a triagem da fila e garantir que os clientes ocupassem 50% dos assentos, sob ameaça de perda de função em caso de descumprimento.
65. Houve ainda relaxamento do protocolo de segurança para casos de contaminação ou suspeita. Em meados de maio/2020, a quarentena prevista para empregados/as infectados foi reduzida abruptamente e sem nenhuma justificativa de 14 para 7 dias, contrariando todas as orientações sanitárias das autoridades públicas e de saúde.
66. O abrandamento dos procedimentos de prevenção e segurança levaram a intervenção do Ministério Público do Trabalho (MPT) e Ministério Público Federal (MPF), que firmaram com a Caixa um protocolo de intenções em que se compromete a revisar e melhorar os procedimentos para prevenir e conter a propagação da doença, sobretudo nas agências, porta de entrada dos serviços bancários. O protocolo ficou mesmo apenas “na intenção”, já que vários pontos do documento seguem sendo descumpridos pela Caixa.
67. Com a pandemia, as condições de trabalho na Caixa, que já eram adoecedoras, tornam-se um verdadeiro atentado à saúde dos bancários e das bancárias. Somase ao risco de contaminação e ao medo cotidiano os PDV's sucessivos, a não contratação de empregados, a segmentação de atividades, as reestruturações, os descomissionamentos, o desrespeito à jornada de seis horas, a redução do encaixe com consequências dramáticas para o trabalho dos tesoureiros, a imposição de metas abusivas em plena pandemia, o GDP, o assédio moral institucionalizado, entre outras mazelas, que fazem parte de um projeto de desmonte da Caixa que não podemos aceitar.
68. Sem novas contratações que reponham as aposentado-

rias e desligados por PDVs, a Caixa vem consolidando a falta de empregados/as como um problema crônico. Desde 2014, a estatal já perdeu quase 20 mil empregados, agravando ainda mais a escassez de empregados no maior banco público do país. A sobrecarga de trabalho tem provocado o aumento do adoecimento dos bancários e bancárias da Caixa. Por fim, a Caixa criou um protocolo para a pandemia da Covid-19 e, ao mesmo tempo, forçou o seu descumprimento, uma vez que a cobrança por metas e a exposição de seus empregados/as para atingir os objetivos comerciais se tornaram frequentes.

69. As últimas contratações da Caixa, motivadas por determinação da Justiça que obrigou o banco a contratar pelo menos 2500 pessoas com deficiência para cumprir a Lei de Cotas, embora muito esperadas e defendidas pelo corpo funcional, estão longe de ser suficientes para solucionar o problema de falta de empregados. Além disso, a contratação dos PCD's ainda foi utilizada pela Caixa de forma oportunista para propagandear a imagem do "banco da inclusão", omitindo que a convocação dos concursados só foi feita por determinação da justiça após ação movida pelas entidades do movimento sindical.
70. O trabalho dos PCD's na Caixa não tem sido fácil. Para alguns, a Caixa ainda é lugar de constrangimentos e discriminações por parte de colegas e gestores. Vale destacar que um número expressivo não foi aprovado no contrato de experiência depois que não foram respeitados seus limites nas etapas de avaliação, inclusive com denúncias de que sequer foram respeitados os prazos de avaliação. Isso gerou uma ação civil pública movida pelo MPT. Trabalhando mesmo sem treinamento e estrutura adequada, enfrentam mais um desafio: o acesso ao Saúde Caixa só foi assegurado pelo ACT a partir de 2021, mas sem direito de ter este direito na aposentadoria. Mesmo sem plano de saúde adequado às suas necessidades, esses trabalhadores só não estão expostos ao novo coronavírus devido à muita pressão dos empregados e das entidades sindicais.

Trabalho em Home Office

71. Utilizado como forma de isolar os/as empregados/as do risco de contaminação pela Covid-19, o modelo de "trabalho em casa" aplicado pela Caixa evidencia o que é característico do teletrabalho no Brasil: excessivo controle sobre o trabalhador, imposição de metas, flexibilização da jornada de trabalho e a transferência de custos operacionais da empresa para os trabalhadores, como iluminação, internet, aparelho celular e rede privada de whatsapp, mobiliários adequados, climatização, equipamentos, limpeza, entre outros. Devemos falar ainda

da completa falta de orientação e treinamento adequado, colocando em risco não só as operações do banco realizadas de forma remota, mas gerando também uma exposição a fraudes na identificação positiva dos clientes e o risco de erros por parte do empregado.

72. É inegável que essa modalidade de trabalho foi essencial para proteger os empregados e suas famílias do contágio da Covid-19, no entanto, temos relatos de alterações profundas na vida e no cotidiano das famílias dos/das empregados/as, com implicações sérias para a saúde e para as relações familiares.
73. Sem dúvida, os banqueiros e a direção da Caixa viram na pandemia uma oportunidade para implantar, de uma vez por todas, essa forma de organizar o trabalho. Sabemos que o trabalho remoto traz enormes vantagens para as empresas, como redução de custos operacionais, aumento da produtividade, flexibilização/desregulamentação dos já precários direitos dos empregados, entre outras.
74. Para os empregados, porém, são incontáveis as desvantagens, entre as quais destacamos: isolamento social com a perda da sociabilidade do trabalho tão importante para a formação e/ou consolidação dos laços de fraternidade e solidariedade; eliminação das fronteiras entre local de trabalho e local de moradia, com fortes impactos nas relações familiares; flexibilização da jornada de trabalho, criando condições para uma situação de excessiva disponibilidade para o trabalho.
75. Pesquisas têm apontado que o isolamento pode gerar desmotivação dos trabalhadores, pois a impressão de trabalhar o tempo todo sozinhos, em casa, pode dar a sensação de não mais fazer parte da equipe em que trabalha. Outro efeito do isolamento é a percepção do empregado de que estão "abandonados" pela empresa e o medo de não ser lembrado na hora de uma promoção.
76. Para as mulheres, o que temos visto na pandemia é que o trabalho remoto representa uma sobrecarga de tarefas tão grande que beira a exaustão, tendo em vista que, na maioria das famílias, ainda não há divisão das tarefas domésticas. As mulheres ainda são responsáveis pela maior parte do trabalho doméstico, das atividades relacionadas ao cuidado com filhos(as) e às atividades escolares na modalidade virtual de seus(suas) filhos(as).
77. Sem uma legislação específica de amparo, o trabalho em home office expõe os trabalhadores a condições de trabalho ainda mais precárias e sem direitos básicos relacionados à jornada de trabalho, à saúde e à segurança no trabalho.
78. Infelizmente, os ACTs assinados em vários bancos como Itaú, Banco do Brasil e Bradesco, sem observar essas

premissas fundamentais como a garantia dos direitos básicos, acabam validando, em certa medida, os mecanismos de controle excessivo do trabalhador já exercido pela empresa nesse período de pandemia, como cobrança de metas, pagamentos irrisórios de indenização por gastos diversos com a estrutura necessária, desrespeito à jornada de trabalho e não reconhecimento de doenças e acidentes de trabalho. Observa-se que alguns desses acordos já preconizam que esse novo sistema de trabalho será permanente.

79. No caso da Caixa, não houve até o momento assinatura de ACT com esse objetivo, porém, sabe-se da intenção da empresa de também adotar o instrumento coletivo para o home office de forma definitiva.
80. Entendemos a necessidade de coibir os abusos cometidos pela direção da empresa, mas temos que ter a coragem de chamar a categoria a definir coletivamente as premissas fundamentais para a assinatura de ACTs sobre teletrabalho. É necessário rejeitar qualquer tentativa de legitimar perdas de direitos e/ou abrir brechas para legitimação das intenções da Caixa de implantar em definitivo essa modalidade de trabalho.

VI - SAÚDE CAIXA PARA TODOS!

81. O Saúde Caixa, conquista histórica dos empregados que completa 17 anos em 2021, deve ser uma de nossas prioridades na Campanha Nacional. Sua defesa precisa reunir todos os esforços dos empregados da Caixa, com uma mobilização que exceda os limites das direções sindicais e envolva efetivamente as bases.
82. O Grupo de Trabalho instalado após a Campanha Nacional 2020 para discutir alternativas de custeio para o Saúde Caixa tem prazo até 31 de julho para elaborar uma proposta, e apesar do pedido de prorrogação da CEE-Caixa, até o fechamento deste documento não houve retorno do banco.
83. As reuniões do GT foram marcadas pela pressão da Caixa para impor as diretrizes da CGPAR 23, como a aplicação do limitador de até 50% para a parcela de responsabilidade da Caixa, em oposição ao modelo de custeio 70%/30%, e teto de gastos do patrocinador limitado a 6,5% da folha de pagamento de ativos e valores FUNCEF de aposentados.
84. A recente aprovação na Câmara dos Deputados, no dia 13 de julho, do PDC 956/2018, que susta os efeitos da CGPAR 23, dá fôlego à resistência dos empregados. Mas o projeto ainda será apreciado pelo Senado em agosto, na volta do recesso parlamentar, onde teremos que travar nova batalha pela sua aprovação.
85. Além disso, a aprovação do PDC, apesar de importante,

não garante automaticamente a preservação do modelo atual do Saúde Caixa, já que o GT tem atribuição, segundo o Acordo Coletivo, de propor um novo modelo de custeio. Vale salientar que o teto de 6,5% já consta no estatuto da Caixa, após alteração estatutária feita em 2017. A mesma limitação foi imposta no Acordo Coletivo de 2018 -- mudanças que precisam ser revertidas e que devem ser objeto de nossa luta.

86. Um balanço breve das tratativas no Grupo de Trabalho deixa claro que os avanços só virão se houver processos de luta que pressionem a direção da Caixa no sentido das reivindicações dos empregados. No ambiente negocial, o banco tem se utilizado de vários recursos para aplicar as mudanças no plano ou mesmo para protelar e inviabilizar os debates, se beneficiando do curto prazo para a conclusão do GT. Exemplo disso foram o atraso na realização de reuniões e o boicote de informações financeiras (apesar do GT estar previsto no Acordo assinado em setembro de 2020, a primeira reunião só aconteceu em janeiro, e as informações atuariais sobre o plano, indispensáveis para a construção de uma proposta, só foram liberadas em abril).
87. Além disso, diversas polêmicas marcaram os encontros do GT. Uma das principais alegações da Caixa para modificação do custeio seria justamente o déficit contábil, o que é contestado pelo movimento sindical. O relatório com projeção dos custos para os próximos anos, apresentado pela Caixa, não foi validado pela representação dos empregados. Estavam ausentes informações sobre a metodologia utilizada para elaborar as projeções. Os valores indicados pela Caixa são superiores aos apresentados pela consultoria atuarial que assessora os empregados no GT Saúde Caixa.
88. Esses são exemplos que ilustram o empenho da Caixa na aplicação das resoluções da GGPARG 23. As consequências dessas resoluções, como tratado amplamente pelo movimento sindical, envolvem a descaracterização do plano como foi concebido, a partir no modelo de custeio 70/30 e fiel às primícias do mutualismo, solidariedade e pacto intergeracional. Em resumo, as mudanças alteram o custeio, a mensalidade, a participação dos trabalhadores e os direitos de aposentados e novos empregados, além de retirar a garantia do plano do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).
89. Ao aplicar a CGPAR 23 e reduzir participação da Caixa na saúde de seus empregados, o banco precariza as condições de trabalho e ainda reduz seu passivo trabalhista, tornando o plano mais atrativo ao mercado para a privatização. Nesse sentido, entendemos o sucateamento do Saúde Caixa como parte do desmonte do banco e das me-

didadas de retirada de direitos que vêm sendo implementadas pelo governo e pela direção da Caixa. E por esse mesmo motivo, a defesa do Saúde Caixa também é parte da luta em defesa da Caixa 100% pública e do conjunto de direitos trabalhistas e sociais que estão sob ataque.

90. Sabemos que as intenções da Caixa são acabar com o Saúde Caixa ou reduzir ao máximo os seus custos com ele. Mas não podemos deixar de registrar os erros cometidos por grande parte das entidades sindicais e associativas capitaneadas pela CONTRAF/CUT.
91. Por exemplo, o 33º Conecef, em junho/2017, deliberou pela não aceitação do teto de 6,5% da Folha, mas os negociadores do movimento, desrespeitando a decisão, continuaram considerando a possibilidade de negociação de aceitar o teto de 6,5%.
92. A partir daí se seguiram uma série de retrocessos. Na Campanha salarial de 2018, mantendo a avaliação equivocada de que não havia mobilização suficiente, parte do Comando, a Contraf e a CEE/Caixa orientaram as assembleias a aceitarem, às pressas, sem a redação final do acordo coletivo consolidado, um ACT por prazo de dois anos que incluía o teto de 6,5% e o impedimento dos empregados admitidos a partir de 01/09 daquele ano de se vincularem ao plano de saúde. Tal acordo foi aprovado, em grande medida, por completa falta de entendimento do real significado daquelas alterações.
93. O ACT 2020, assinado com validade até 2022, num processo ainda com menor participação e debate, não só reafirma o teto, como amplia as restrições, incluindo vários itens da CGPAR 23 e, ainda que permita a participação dos pós-agosto de 2018, nega-lhes a possibilidade de manutenção quando estes se aposentarem.
94. Para alimentar nossa luta pelo Saúde Caixa, não podemos esquecer que temos um dos melhores planos de assistência à saúde do país, que atende ativos e aposentados, e que é fruto de um longo processo de mobilização do movimento da Caixa que se consolidou como direito em 2004, com sua inclusão no ACT.
95. O desmonte dos planos de saúde de autogestão não é um privilégio da Caixa, mas é essencial que a gente se organize e resista internamente para que esse desmonte não atinja o Saúde Caixa, preservando nossos direitos e conquistas.
96. Nesse sentido, defendemos que as ações de defesa do Saúde Caixa sejam ampliadas e assumam caráter mais combativo. Ações como tuitaços e mobilização nas redes são essenciais para dar visibilidade à nossa luta, pressionar a opinião pública e informar a sociedade, mas são insuficientes. A categoria precisa estar melhor informada sobre as ameaças que rondam o Saúde Caixa e ser convidada a construir conjuntamente outros pro-

cessos de resistências.

97. Vencemos o 1º round dessa guerra com aprovação do PDC da Deputada Erika Kokay e temos outra batalha importante no Senado. Porém, não sairemos plenamente vitoriosos(as) sem uma forte mobilização dos empregados da Caixa para pressionar a mesa específica, seja durante a Campanha Nacional, seja no processo permanente de negociação. O 37º CONECEf deve apontar um calendário de manifestações e paralisações que culminem com uma greve forte em defesa do Saúde Caixa para todos e todas.
- Saúde Caixa para todos!
 - Manutenção do modelo de custeio 70%-30% sobre as despesas assistenciais;
 - Manutenção do pacto intergeracional, com a manutenção de mensalidade proporcional à remuneração base (RB) de cada empregado(a) e aposentado;
 - Extensão do direito à manutenção do plano na aposentadoria para todos(as) os(as) empregados(as);
 - Pela derrubada do teto dos gastos do Estatuto da Caixa e do ACT;
 - Contra as resoluções 22 e 23 da CGPAR;
 - Eleição para o Conselho de Usuários do Saúde Caixa e o seu fortalecimento, passando de Consultivo para Deliberativo;
 - Exigir da Caixa prestação de contas mensais do plano com ampla divulgação a todos titulares.

VII - FUNCEF: PATRIMÔNIO QUE PRECISA SER PRESERVADO

98. A Funcef é patrimônio nosso e precisa ser preservado, pois é o nosso futuro que está em jogo. Essa discussão não cabe apenas aos diretores e conselheiros eleitos, pelo contrário, é necessário que todos tenham ciência dos fatos e meios de opinar sobre eles. Exigimos transparência na gestão do Fundo, para garantir que um déficit futuro não aconteça. A Funcef precisa ter uma política de investimentos que seja segura, transparente, rentável e que não comprometa a complementação de nossas aposentadorias.
99. As representações na Funcef eleitas pelos empregados devem defender os interesses dos participantes, atuando com total autonomia em relação à direção da Caixa e ao governo, seja ele qual for.
100. Não podemos permitir que qualquer associado seja discriminado em função do plano de benefício ao qual esteja vinculado ou por quaisquer outras razões. É preciso lutar para garantir aos participantes do REG/REPLAN NÃO SALDADO todos os seus direitos diante de qualquer mudança que a Caixa queira implementar em relação ao encarreiramento e ao processo funcional. É preciso restabelecer a paridade no equacionamento pois os participantes não podem assumir responsabili-

dades maiores do que a Patrocinadora.

LUTAR PELA ANULAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO REGULAMENTO QUE IMPÕEM RETIRADAS DE DIREITOS AOS PARTICIPANTES COM BASE NA CGPAR 25

101.Recentemente fomos surpreendidos por mudanças no Estatuto da Funcef que ferem de morte a democracia da gestão do Fundo de pensão e reduzem poder dos participantes na gestão e fiscalização do Fundo. Além de reduzir o número de diretorias, ainda acaba com a eleição por disputa eleitoral por chapas instituindo votação por nomes para escolha pelos participantes de sua representação na Diretoria Executiva, no Conselho Deliberativo e no Conselho Fiscal.

102.As alterações aprovadas acabam com a exigência de maioria dos votos do Conselho Deliberativo para proceder às alterações em planos e outorga à Caixa a prerrogativa de fazer mudanças tanto nos planos e também nos Estatutos sem a maioria dos votos. Além de tudo isso, essas mudanças instituem a prática do voto de minerva quando houver empate.

103.O que fica evidente com as mudanças é que a Caixa tem um caminho facilitado para a retirada de patrocínio de planos, extinção e criação de novos planos e delimitar suas contribuições aos planos com grandes prejuízos para os participantes.

- Lutar pela nulidade nas mudanças no Estatuto que foram feitas violando o estatuto vigente da fundação.
- Lutar pela participação dos participantes na elaboração e acompanhamento da política de investimentos
- Lutar pela incorporação do REB ao novo plano
- Lutar para que a Caixa pague o contencioso das ações de caráter trabalhista
- Lutar pela redução na taxa de juros e pelo restabelecimento da margem consignável no CREDPLAN
- Lutar pela melhoria no atendimento da FUNCEF e contra o fim das representações

104.Vale ressaltar a importante vitória da Chapa nas eleições recentes da FUNCEF na retomada desse espaço para uma atuação voltada para a defesa independente dos participantes.

VIII - ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO

Em defesa dos aposentados em todas as instâncias de deliberação do nosso movimento

105.Pelo segundo ano consecutivo, a direção da Contraf, com a anuência da CEE-Caixa, exclui os aposentados do Congresso Nacional dos Empregados da Caixa, desonrando a histórica mobilização conjunta de ativos e aposentados ao longo de quase 40 anos de história do movimento dos trabalhadores da Caixa.

106.No ano passado, quando pela primeira vez o evento foi realizado de forma virtual, esperava-se a ampliação do número de participantes, uma vez que não exigiria deslocamento de delegações de todo o Brasil, implicando num custo significativamente menor. Estranhamente, o que se viu foi a redução drástica da participação dos aposentados, que ficou limitada a um delegado para a maioria dos estados, implicando numa redução da delegação total dos estados.

107.Tradicionalmente, os congressos da Caixa contemplam uma delegação de empregados aposentados na mesma proporção dos ativos, como forma de demonstrar a unidade entre todos e o reconhecimento da legitimidade das reivindicações do segmento.

108.Esse desrespeito aos aposentados que ao longo do tempo estiveram lado a lado nas lutas com os ativos, além de causar grande indignação em todos, certamente contribuiu para o empobrecimento do debate, com reflexos na Campanha e nos resultados obtidos.

109.Em 2021, mais uma vez, a Confederação se mostra desrespeitosa para com os aposentados e com os fóruns organizativos dos empregados da Caixa, além de insensível aos protestos e apelos de muitos bancários da Caixa que exigem o resgate da composição original das delegações.

110.Considerados apenas os 44.260 aposentados anunciados no RAI (nas tabelas, são 51.075), e se observado o critério de participação definido no 34º CONECEP e ainda em vigor, teríamos 147 delegados aposentados, mas a previsão para o este Congresso será de apenas 37 aposentados (COM CONTRAF/CUT 12421 de 30/06/21).

111.A exclusão dos aposentados representa o mesmo tipo de discriminação praticada pela Caixa, que busca descharacterizar a representação desses companheiros em mesa de negociação e retirá-los do ACT, além de eliminar todos os direitos adquiridos por eles ao longo dos anos de luta, como a Funcef e o Saúde Caixa, caso do debate dos chamados “pós-emprego”.

112.Reivindicamos o imediato restabelecimento da proporcionalidade das delegações de ativos e aposentados da Caixa.

OUSANDO LUTAR! VENCEREMOS!

Assinam:

- SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ESPÍRITO SANTO, filiado à INTERSINDICAL, Central da Classe Trabalhadora
- BANCÁRI@S PODEM MAIS
- RESISTÊNCIA E LUTA - Corrente Sindical e Popular